

1

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo apresentar uma interpretação acerca da manipulação simbólica dos corpos em propagandas recentes do Governo Federal.

Desde 2003, o Brasil vive um período contínuo de governos sob a tutela de representantes de um mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores. Reside no fato desta continuidade a principal justificativa para abordar anúncios veiculados entre 2003 e 2014 inclusive, como é o caso neste trabalho. Algo inédito em tempos de democracia no Brasil, o exercício completo de três mandatos consecutivos à frente da Administração Pública Federal por parte de um mesmo grupo político institucionalizado estimulou, portanto, tal recorte temporal. Por outro lado, é importante ressaltar que esta dissertação não se destina a uma análise das representações do corpo brasileiro nas propagandas do partido no poder. O PT corresponde apenas a um dos grupos políticos influenciadores da construção dos discursos emitidos oficialmente pelo Governo Federal.

Contudo, a ênfase da avaliação está voltada para anúncios compreendidos no período entre 2008 e 2014. Aspectos inerentes à metodologia aplicada durante o trabalho determinaram que discursos publicitários algo distantes do contexto atual fossem preteridos. Além disso, no período em questão estão dois mandatos presidenciais diferentes – Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) –, o que permitiu diversificar os caminhos analíticos.

Duas concepções aparentemente contraditórias governam o pensamento comum sobre os discursos publicitários. De um lado, eles são encarados como uma construção “fantasiosa”, “mágica” e, às vezes, “mentirosa” da realidade. De outro, é expressamente reconhecido o valor dos anúncios e da propaganda como mecanismos capazes de moldar percepções concretas e de influenciar atitudes e comportamentos práticos. Na verdade, veículo e produtora de representações sociais, a publicidade contribui para a construção social da realidade sob determinadas perspectivas. Em termos gerais a análise de anúncios publicitários não tem como objetivo flagrar uma suspensão do real, mas perceber como certas escolhas culturais informam dialeticamente aspectos da sociedade em que tais anúncios existem.

O Governo Federal, por sua vez, também pode ser descrito em termos de uma dualidade no que concerne à posição que ocupa na estrutura política de uma nação moderna. Em primeiro lugar, ele é o centro para onde converge o poder da administração pública. Mas, além disso, as diretrizes que comandam esta administração são produto de disputas conjunturais entre pontos de vista próprios a determinadas camadas da sociedade e não a outras.

Menos biológico e menos individual do que se costuma admitir, o corpo humano é um constructo social, portanto uma representação simbólica da sociedade que o produz. As representações sociais a partir do corpo se valem de uma materialidade que abriga o contato entre o “natural” e o “cultural”, o “individual” e o “coletivo”, ou seja, um produto de sistemas de significação que, coletivamente estruturados, remetem a diferentes contextos e dimensões da realidade social.

O interesse neste trabalho é oferecer uma análise inevitavelmente parcial sobre o que as propagandas do Governo Federal informam a respeito da sociedade brasileira quando produzem discursos que localizam os corpos em certos universos simbólicos.

Para tanto, no primeiro capítulo abordo o conceito de representação social sob três perspectivas básicas: sociológica, linguística e midiática. O objetivo nesta parte é apresentar o esqueleto teórico que estrutura o trabalho no âmbito da Comunicação Social. Nesse sentido, em resumo, as representações são conceituadas como fenômenos sociais que, ao mediar processos objetivos e subjetivos, permitem arquitetar, aferir e distribuir a percepção da realidade da vida cotidiana. Ao compor representações sociais, a publicidade e a propaganda participam deste jogo como instrumentos discursivos capazes de afetar a distribuição social do conhecimento e expressar maneiras interessadas de organizar a realidade social.

Inspirado em Emile Durkheim, inicialmente apresento parte dos fundamentos do conceito de representação para o estudo das sociedades. Neste percurso, o plano simbólico é definido como esfera formadora da realidade *sui generis* que é a sociedade, não como reflexo desta. Caracterizando assim o pensamento como uma forma de conhecimento adquirido com a prática social, as representações são descritas como dispositivos que conduzem a interpretação lógica do mundo e a comunicação entre as razões das instituições, dos grupos e dos indivíduos.

Em seguida, esta dissertação trabalha aspectos da relação dialética entre representações e estrutura social. Admitindo a segmentação que a divisão do trabalho impõe à distribuição do conhecimento na sociedade moderna, caracterizo em linhas gerais a formação de universos simbólicos. Este processo, que articula dimensões da realidade social nas consciências individuais, não prescinde do instrumental midiático, estando, portanto, presente também na publicidade.

Parte da proposta deste trabalho está baseada na caracterização do discurso publicitário como mito, que, nos termos de Roland Barthes, desloca o esquema de significação apresentado pela linguística saussuriana. Quando apropriados pela propaganda, os corpos passam de signos a significantes em um processo de significação destinado a veicular ideologias. Estas são entendidas antes como conjuntos de ideias propostas por camadas sociais em particular que, por isso, configuram-se como uma dentre outras vias para a construção social da realidade.

No capítulo seguinte, ressaltando a centralidade da apropriação social do corpo individual na modernidade, busco caracterizar o surgimento de discursos que concorrem para a formação de identidades nacionais ao tentarem constituir a ideia de um “povo” para um Estado nacional. São analisadas em particular algumas escolhas culturais implicadas no fato de a identidade nacional brasileira estar intimamente conectada a um código racial/étnico. O capítulo também aborda, ainda que brevemente, a utilização deste código em propagandas oficiais de governos passados.

Diante da necessidade de definir simbolicamente a integração de uma nação empiricamente miscigenada, no primeiro momento, estiveram em voga flexões e adaptações de teorias raciais europeias, todas elas baseadas na ideia de desigualdade entre as “raças”. Entretanto, um espírito “militante” aflora no contexto da Primeira Guerra Mundial o que contribui para minar o vínculo entre as concepções naturalistas e os debates sobre o desenvolvimento do Brasil-nação. Posteriormente, o elogio à miscigenação inaugura uma identidade nacional que pretende reconhecer de forma conciliadora a diversidade do povo brasileiro, apagando diferenças e desigualdades.

Veremos nesta parte que os debates em torno da definição do *ethos* de uma nação jamais se dissociam das disputas pela legitimação de determinadas estruturas sociais e políticas. Sendo assim, revisitar o mito original que trata da relação entre três

“raças” formadoras é também uma forma de recriar constantemente a percepção que se tem dessas estruturas.

O tema do terceiro capítulo é a formação de universos de significação que se valem do simbolismo dos corpos para localizá-los socialmente com referência à estratificação socioeconômica e a ordem cidadã. Por utilizar diferentemente o mesmo código racial/étnico em que se baseiam os discursos sobre identidade nacional brasileira, tais universos de significação por vezes evidenciam certa desproporcionalidade entre “sociedade” e “nação”.

Levando em conta o caráter predominantemente estético da classificação social no Brasil, aspectos fenotípicos atuam como elementos simbólicos estruturadores das relações e representações sociais em diferentes níveis. Os sistemas de classificação de que tais elementos simbólicos participam produzem significados capazes de informar a posição social dos indivíduos e, por conseguinte, fazer refletir relações objetivas de força no simbolismo dos corpos. Além disso, a refutação do mito da convivência harmoniosa entre as “raças” permite contestar a ausência de hierarquias sociais baseadas no preconceito de cor.

Por último, apresento os aspectos metodológicos aplicados na pesquisa e a análise do *corpus* dividida em dois eixos de significação: seguindo a própria estrutura do trabalho, um deles aborda a questão da identidade nacional; o outro avalia mecanismos de classificação social. Entretanto, vale frisar que essa divisão responde apenas a fins analíticos. Como veremos, os dois “núcleos” de representação se desenrolam juntos e se interpenetram inevitavelmente.